Rio Claro, 25 de novembro de 2013

ENGº PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicado na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

JOSÉ RENATO GONÇALVES
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 9956

DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013

(Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a Evolução Funcional do Profissional do Magistério instituída nos artigos 9º aos 17 da Lei 3.777, de 15 de outubro de 2007 e suas alterações e dá outras providências)

PALMINIO ALTIMARI FILHO, Prefeito Municipal de Rio Claro, usando das franquias do artigo 79, incisos III e VIII da Lei Orgânica do Município de Rio Claro,

CONSIDERANDO que a Lei 3.777, de 15 de outubro de 2007 e suas alterações instituem a Evolução Funcional,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A Evolução Funcional do Profissional do Magistério, prevista no Capítulo IV, artigos 9º ao 17 da Lei 3.777, de 15 de outubro de 2007 e suas alterações, deverá ser processada na forma prevista neste Decreto.

Artigo 2º - A Evolução Funcional do Profissional do Magistério opera-se mediante Progressão Horizontal e Progressão Vertical.

Artigo 3º - Fica criado no Setor de Recursos Humanos, subordinado ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal da Educação o processo único individual destinado exclusivamente a reunir todos os dados da Evolução Funcional e Avaliação de Desempenho do Profissional do Magistério, na forma a ser prevista no Edital de Convocação.

Parágrafo Único - No caso da Secretaria Municipal de Esporte, o processo de que trata o *caput* deste artigo será realizado pelo Departamento de Esporte.

CAPÍTULO II DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Artigo 4º - Entende-se por Progressão Horizontal a passagem do Profissional do Magistério de um Grau para o outro imediatamente superior, dentro do mesmo nível.

Artigo 5º - Anualmente, a Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal de Esporte baixarão os Editais convocatórios disciplinando os procedimentos a serem adotados para a realização do processo de Evolução Funcional do Profissional do Magistério.

Parágrafo Único - Nos Editais a serem baixados deverão constar todo o regramento a ser seguido para a Progressão Horizontal, bem como o modelo de requerimento, prazo de inscrição, prazo para interposição de recurso, da publicação do ato da concessão.

Artigo 6º - O processo de Progressão Horizontal ocorrerá anualmente, no mês de janeiro, dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 7º - A Progressão Horizontal prevista na lei deverá ser processada da seguinte maneira:

I - o Profissional do Magistério deverá ter cumprido o interstício mínimo de 02 (dois) anos no Grau em que se encontra, comprovado mediante documento fornecido pela chefia imediata da Unidade Educacional de lotação do cargo ou sede de controle de frequência para o candidato lotado na SME e na SEME pelo Departamento de Esporte;

II - apresentar declaração de próprio punho de não ter sofrido pena disciplinar e não estar respondendo a nenhum processo de ordem disciplinar no decorrer do interstício. No caso de processo administrativo de natureza disciplinar em andamento, será feita a reconsideração ao final do mesmo, desde que protocolado o requerimento na data prevista no Edital Convocatório,

III - tiver obtido média aritmética igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos) nas duas avaliações de desempenho do interstício referido no inciso I deste artigo.

§ 1º - Para o interstício mínimo somente serão considerados de efetivo exercício, em conformidade com o artigo 96 e seus incisos da Lei Complementar 024 de 15 de outubro de 2007, os dias efetivamente trabalhados, as férias e os períodos de licença e afastamento de até **15 (quinze) dias**, consecutivos ou não, exceto:

I - no caso de licença - maternidade;
II - no caso de licença para tratamento de saúde por motivo de acidente do trabalho ou doença ocupacional, limitados a 6 meses, consecutivos ou não,
III - no caso de licença-prêmio.

§ 2º - Para fins de verificação do cumprimento do interstício mínimo, serão computados os dias efetivamente trabalhados a partir do início do processo de Progressão Horizontal de cada candidato.

§ 3º - O Profissional do Magistério que exceder o limite de faltas previstas nos incisos do § 1º do Artigo 7º deste Decreto terá desconsiderado no cálculo do interstício o ano letivo de opção do candidato.

Artigo 8º - Para a Progressão Horizontal do Grau D para o Grau E e do Grau G para o Grau H, é exigida a capacitação, mediante a apresentação de certificado(s) com aproveitamento satisfatório de curso(s) que somem no mínimo 90 (noventa) horas e cujo conteúdo seja vinculado às atribuições do cargo.

Parágrafo Único - Para dar cumprimento ao exigido neste artigo, somente serão considerados os cursos: concluídos em até dois anos contados da data de início do processo de Progressão Horizontal no qual o candidato esteja inscrito com carga horária mínima de 30 horas, onde o profissional do magistério tenha obtido aproveitamento satisfatório e frequência mínima de 75% e que os mesmos tenham sido anteriormente avaliados pela Secretaria Municipal da Educação.

CAPÍTULO III DA PROGRESSÃO VERTICAL

Artigo 9º - A Progressão Vertical consiste na passagem do Profissional do Magistério para Nível Superior, conforme titulação apresentada, mantido o Grau, sendo regulamentada pelo Decreto nº 8172 de 22 de fevereiro de 2008.

CAPÍTULO IV DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRA

Artigo 10 - Caberá a Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal de Esporte fazer a destinação da disponibilidade orçamentária - financeira, para o ano em que ocorrer a Evolução Funcional do Profissional do Magistério, de acordo com o artigo 14 da Lei 3.777, de 15 de outubro de 2007 e suas alterações.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS

Artigo 11 - Será admitida a interposição de recurso referente à Avaliação de Desempenho para Progressão Horizontal, em conformidade com o artigo 11 e seus incisos, da Lei nº 3777/2007 e suas alterações.

Artigo 12 - Os recursos devem ser protocolizados em até 10 (dez) dias úteis, na Secretaria Municipal da Educação e na Secretaria Municipal de Esporte, contados da ciência da avaliação de desempenho do servidor e dirigidos à Comissão de Gestão da Carreira do Magistério, a quem compete o julgamento final.

Parágrafo Único - Poderá a Comissão de Gestão da Carreira do Magistério, quando necessário, utilizar-se das normas estabelecidas no artigo 10, seus parágrafos e incisos da Lei 3.777, de 15 de outubro de 2007 e suas alterações, para dirimir possíveis dúvidas aventadas, quer nos recursos ou de ofício.

Artigo 13 - Será admitida, ainda, a interposição de recursos junto à Comissão de Gestão da Carreira do Magistério, em relação ao deferimento ou não da inscrição para a Progressão Horizontal.

§ 1º - O prazo para interposição de recurso, de que trata o *caput* deste artigo, será de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da ciência do deferimento ou não da inscrição.

§ 2º - A Comissão de Gestão da Carreira do Magistério disporá de 5 (cinco) dias úteis a contar do protocolo do recurso para análise e julgamento do mesmo.

Artigo 14 - Só será aceito o recurso interposto formalmente e por escrito, contendo o nome, a lotação, sede de controle de frequência, o cargo e a matrícula do servidor, devendo o mesmo ser formulado com base em argumentos claros e objetivos, devidamente fundamentados e justificados.

Artigo 15 - Não serão reconhecidos como recurso, meros protestos ou manifestações desprovidas de fundamento, ou ainda, recurso encaminhado por fax, e-mail ou outros meios eletrônicos.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16 - Caberá a Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal de Esporte, anualmente, baixar os editais convocatórios para o processo de Progressão Horizontal disciplinando os procedimentos que serão adotados no ano, onde deverão conter, além dos critérios, os anexos com o cronograma, os modelos de requerimento, declaração e recurso, os quais farão parte integrante dos Editais.

Artigo 17 - A assinatura do requerimento de Progressão Horizontal implica na aceitação e concordância com todos os termos e regras estabelecidos nos editais convocatórios.

Parágrafo Único - A não interposição de recurso, implica na aceitação do deferimento ou não da inscrição para a Progressão Horizontal.

Artigo 18 - Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Gestão da Carreira do Magistério, observados os princípios legais.

Artigo 19 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto 9209 de 09 de dezembro de 2010.

Rio Claro, 26 de novembro de 2013

ENGº PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicado na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

JOSÉ RENATO GONÇALVES
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 4615

DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

(Projeto de Lei de autoria do Vereador Agnelo da Silva Matos Neto)

(Dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de Rio Claro e dá outras providências)

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a